

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores da
Associação Transparência e Integridade
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Transparência e Integridade (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Transparência e Integridade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da resolução ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de junho de 2026.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE
(TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ÍNDICE	
Balanços patrimoniais.....	06
Demonstrações do resultado.....	07
Demonstrações do resultado abrangente.....	08
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	09
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis.....	11

Associação Transparência e Integridade
C.N.P.J. 26.219.946/0001-37

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO de 2025 e 2024

valores expressos em reais

<u>ATIVO</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>CIRCULANTE</u>				<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.518.899	3.754.925	Fornecedores		25.423	39.549
Contas a Receber	5	11.202.803	14.818.582	Salários e Encargos Sociais	8	827.797	745.248
Adiantamentos	6	104.946	107.934	Obrigações Tributárias	9	3.053	4.809
Impostos a Compensar	6	-	-	Termos de Parcerias	10	15.460.592	19.243.702
Despesas Antecipadas	6	19.909	15.024				
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		14.846.557	18.696.465	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		16.316.864	20.033.308
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
				Termos de Parcerias	10	63.384	54.022
IMOBILIZADO		63.384	54.022	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		63.384	54.022
Imobilizado	7	63.384	54.022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio Social	12	(1.336.843)	(713.447)
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		63.384	54.022	(Déficit)/Superavit Acumulado do Exercício		(133.464)	(623.396)
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(1.470.307)	(1.336.843)
TOTAL DO ATIVO		14.909.941	18.750.487	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.909.941	18.750.487

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Associação Transparência e Integridade
C.N.P.J./M.F. nº 26.219.946/0001-37

Demonstração do Resultado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

valores expressos em reais

	Nota Explicativa	2025	2024
Receitas sem Restrições		608.026	945.868
Doações Pessoa Jurídica	14.a	95.413	85.000
Doações Pessoa Física	14.a	280.357	536.969
Receitas Prestação de Serviços	14.b	3.130	19.440
Receitas Financeiras	17	1.573	16.104
Receitas com trabalhos de voluntários	18	227.553	288.355
(-) Deduções das Receitas		(360)	(2.229)
Impostos Incidentes (Cofins)	17	(59)	(362)
Imposto de Serviços s/Faturamento	14.b	(63)	(389)
Cofins s/Faturamento	14.b	(238)	(1.477)
Receitas com Restrições		7.652.823	6.304.184
Parceiros Institucionais	10 e 14.c	7.175.887	6.276.937
Receitas e Ganhos Financeiros	10 e 17	476.937	27.248
(-) Deduções das Receitas Financeiras		(19.077)	(7.707)
Cofins s/Receitas Financeiras	10 e 17	(19.077)	(7.707)
Receita Líquida		8.241.412	7.240.117
Despesas Operacionais		(8.359.422)	(7.854.782)
Pessoal	15	(4.809.929)	(4.016.647)
Serviços tomados de terceiros	16	(37.455)	(10.657)
Consultorias e Assessorias	16	(1.808.233)	(1.826.444)
Viagens	16	(539.616)	(801.749)
Ocupação	16	(41.409)	(49.040)
Administrativa	16	(270.635)	(267.569)
Marketing/Desenvolvimento de Parcerias	16	(387.295)	(490.359)
Tributárias	16	(16.437)	(22.137)
Financeiras	17	(199.161)	(59.299)
Depreciações	7 e 16	(21.699)	(22.527)
Trabalhos de voluntários	18	(227.553)	(288.355)
Outras Despesas operacionais		(15.454)	(8.730)
Perdas operacionais	16	(15.454)	(8.730)
Doações	16	-	-
(Déficit)/Superavit do Exercício		(133.464)	(623.396)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Associação Transparência e Integridade
C.N.P.J./M.F. nº 26.219.946/0001-37

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

valores expressos em reais

	2025	2024
(Déficit)/Superavit do exercício	(133.464)	(623.396)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido	(133.464)	(623.396)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

valores expressos em reais

	PATRIMÔNIO SOCIAL	DÉFICIT / SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(779.682)	66.235	(713.447)
Incorporação em Patrimônio Social	66.235	(66.235)	-
Déficit do exercício		(623.396)	(623.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(713.447)	(623.396)	(1.336.843)
Incorporação em Patrimônio Social	(623.396)	623.396	-
Déficit do exercício		(133.464)	(133.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.336.843)	(133.464)	(1.470.307)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Associação Transparencia e Integridade
C.N.P.J./M.F. nº 26.219.946/0001-37

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

valores expressos em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
1. Das Atividades Operacionais:		
{Déficit} do Exercício	(133.464)	(623.396)
Ajustes para reconciliar o déficit do período com o caixa líquido gerado pela / (aplicado nas) das atividades operacionais		
(+) Depreciação e amortização	21.699	22.527
Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado	(111.765)	(600.868)
Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC		
(Aumento) Redução de Contas a Receber	3.615.779	(2.230.740)
(Aumento) Redução do Adiantamento	2.987	(59.949)
(Aumento) Redução de Impostos a Compensar	-	-
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas	(4.884)	(2.358)
Total de Acréscimo / (Decréscimo) do AC + ANC	3.613.882	(2.293.048)
Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC		
Aumento (Redução) de Salários e Encargos	82.549	197.923
Aumento (Redução) de Obrigações Tributárias	(1.756)	(370)
Aumento (Redução) em Fornecedores	(14.126)	15.714
Aumento (Redução) Projetos em andamento	(3.783.110)	5.379.378
Aumento (Redução) de Termos de Parceria	9.362	(4.473)
Total de Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC	(3.707.081)	5.588.172
Total das Atividades Operacionais	(204.965)	2.694.255
2. Atividades de Investimentos:	(31.061)	(18.055)
Aquisições de Ativo Imobilizado	(31.061)	(18.055)
Aumento / (Diminuição) no Caixa e Equivalente de Caixa	(236.026)	2.676.201
Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa		
Caixa Equivalente de Caixa no início do exercício	3.754.925	1.078.724
Caixa Equivalente de Caixa no final do exercício	3.518.899	3.754.925
Aumento / (Diminuição) no Caixa e Equivalente de Caixa	(236.026)	2.676.201

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

A Associação Transparência e Integridade, nome fantasia Transparência Internacional Brasil ("TI Brasil"), é uma associação civil, independente, sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos, fundada em 19 de julho de 2016, sob o CNPJ 26.219.946/0001-37.

Somos o Capítulo Nacional que representa no Brasil o movimento global da Transparência Internacional ("TI"), cuja visão é um mundo em que governos, empresas e o cotidiano das pessoas estejam livres da corrupção. Nossa luta contra a corrupção não é e nunca será um fim em si mesmo. É uma luta por justiça social, realização de direitos e paz.

Entendemos que a corrupção possui raízes profundas e se vale de diferentes condicionantes, desde aspectos legais e institucionais, até comportamentais. Por isso, agimos sobretudo para promover mudanças sistêmicas.

Formamos um grupo de colaboradores e colaboradoras que trabalham no apoio e mobilização da sociedade civil, produção de conhecimento, conscientização e comprometimento de empresas e governos com as melhores práticas globais de transparência e integridade.

1.1. Centros e áreas institucionais e programas temáticos

a. Desenvolvimento Institucional e Governança

A promoção da transparência e de boas práticas de governança são centrais na missão da TI Brasil. Temos na área de Desenvolvimento Institucional e Governança (DIG) o núcleo responsável por zelar pela governança e pela administração operacional e financeira da organização, nos padrões que defendemos perante a sociedade. Processos e responsabilidades relacionadas a recursos humanos, finanças e captação de recursos, tecnologia e segurança da informação, contabilidade, compliance e jurídico, planejamento e monitoramento de resultados são dirigidos sob esta área.

b. Comunicação e Engajamento

Esta área estratégica é responsável pela elaboração e implementação da comunicação para *advocacy* efetivo de nossas mensagens. Produção de conteúdo, gestão de redes sociais, criação original de arte e articulação com diferentes atores e setores da mídia tradicional e digital compõem o escopo de trabalho dessa área.

c. Centro de Conhecimento Anticorrupção

Parte fundamental da estratégia da TI Brasil é que o estabelecimento do Centro de Conhecimento Anticorrupção (CCA) possa aproximar a produção de conhecimento da TI a outras comunidades epistêmicas. O CCA tem como meta expandir nossa pesquisa aplicada às especificidades da luta contra a corrupção e servir como vetor de sistematização e compartilhamento de educação e conhecimento anticorrupção, ao mesmo tempo em que promove a mobilização de estudantes, pessoas pesquisadoras e profissionais do campo.

d. Centro de Apoio e Incidência Anticorrupção

O Centro de Apoio e Incidência Anticorrupção (CAIAC) tem como missão principal fortalecer o trabalho do movimento anticorrupção no Brasil, dando apoio às organizações e ativistas de base que combatem a corrupção nos municípios do Brasil e promovem o controle social.

e. Programa de Integridade Socioambiental

A TI Brasil, através do Programa de Integridade Socioambiental (PISA), busca contribuir com a agenda ambiental agregando nosso conhecimento sobre as formas como a corrupção afeta amplamente os desafios socioambientais, principalmente em áreas sensíveis como o licenciamento ambiental, registro de terras, indústria extrativa, grandes obras de infraestrutura e o financiamento climático. O PISA toma também como referência o histórico de atuação da TI nesta área, em âmbito global, desde a promoção da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas até o Programa de Integridade em Financiamento Climático. As metas são, de um lado, a melhoria dos marcos regulatórios, procedimentos e capacidade institucional de órgãos públicos e, de outro, a mudança de comportamento dos agentes privados.

f. Programa de Governança e Integridade Pública

O Programa de Governança e Integridade Pública (PGOV) da TI Brasil tem como objetivo o avanço dos sistemas e processos públicos visando a promoção de leis, políticas e práticas de transparência e integridade que reduzam os riscos da corrupção no setor público por meio de pesquisas, análises técnicas e ações de *advocacy*. A disparidade entre os mecanismos nacionais (nível federal) e subnacionais (níveis estadual e municipal) de controle da corrupção é enorme. A corrupção local afeta mais diretamente o dia a dia das pessoas e, o mais importante, suas redes locais assentam os pilares de suporte da grande corrupção em níveis nacional e transnacional.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucro.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Associação em 22 de junho de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas levando em consideração o custo histórico como base de valor, com exceção dos bens e serviços recebidos em doação, que estão mensurados pelo valor justo na data da doação.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(i) Nota Explicativa nº 7: Valor residual e vida útil do ativo imobilizado.

e. Determinação do valor justo

Políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(ii) Custo amortizado

Ativos financeiros classificados como custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros que a Associação possui são representados por: Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

(iii) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iv) Recursos vinculados a projetos governamentais e parceiros

Recursos vinculados a projetos representam os saldos líquidos de recebimentos em bancos conta movimento, valores a receber, aplicações financeiras que possuem utilização restrita, subtraindo os subsídios governamentais e parcerias.

(v) Passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros que a Associação possui são representados unicamente por fornecedores.

c. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados a valor justo da data da doação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O software comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

(ii)Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii)Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercício comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. Redução ao valor recuperável

(i)Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii)Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

e. Provisões, passivos - circulante e não circulante

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

- (i) O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As verbas de contratos de projetos recebidas para custeio e investimento observam os procedimentos e critérios previstos na ITG 2002 (R1) - Entidade Sem finalidade de Lucros:
- (ii) Recursos: Quando ocorre o contrato de parceria é reconhecido um ativo em contrapartida ao projeto a executar (termos de parcerias) no passivo circulante.
- (iii) Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do contrato de gestão, são reconhecidas as receitas correspondentes as despesas geradas em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionado aos contratos de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com os projetos restritos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica. Tratando-se de contratos de projetos sem restrições as despesas e receitas seguem o regime contábil de competência de exercício.

g. Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a Associação registrou o montante de R\$ 191.341 (2023) e de R\$ 288.355 (2024) referente a trabalhos voluntários.

h. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

i. Novas normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026

Uma série de novas normas foram efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026:

- Normas IFRS S1 e S2 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e divulgação relacionadas ao clima: A Entidade acompanha os assuntos contidos nas duas normas, no entanto, estas são, por ora, aplicáveis unicamente a companhias de capital aberto. A Entidade não tem planos de adotar espontaneamente as duas normas, que têm vigência prevista para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027;

- Norma CPC 51/IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: A Entidade está avaliando os impactos da norma para atendimento, conforme vigência em 1º de janeiro de 2027;
- Melhorias em relação à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações no CPC 39/IAS 32, CPC 40/IFRS 7, CPC 48/IFRS 9): A Entidade está avaliando os impactos das mudanças para atendimento, conforme vigência em 1º de janeiro de 2027.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	5.165	5.768
Banco c/Movimento (Recursos sem Restrição)	1	2
Banco c/Movimento (Recursos com Restrição)	532.361	167.916
Aplicação financeira (Recursos sem Restrição)	-	1.873.337
Aplicação financeira (Recursos com Restrição)	2.981.372	1.707.902
	<u>3.518.899</u>	<u>3.754.925</u>

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata 13,89% a.a. e 14,45% a.a. até a data do balanço.

5. Contas a receber

a. Composição

	2025	2024
Doações Plataforma (PF)	1.174	2.814
Agence Française de Developpment	-	-
American Consulate General São Paulo	-	30.959
Bureau of International Narcotics and Law Enforcement - USA	4.401.440	-
European Union	2.689.652	4.323.879
Freeland Foundation	786.539	1.017.904
Gordon and Betty Moore Foundation	1.997.153	4.971.935
Instituto Betty e A. Jacob Lafer	93.365	-
National Endowment for Democracy	437.201	1.857.510
Open Government Partnership	55.018	-
Proetica Consejo	-	29.349
The Norwegian Ministry of Foreign Affairs	-	1.309.920
Transparency International - Secretariat	741.261	1.274.313
	<u>11.202.803</u>	<u>14.818.582</u>

Os projetos apoiados pelos financiadores acima mencionados estão descritos na Nota Explicativa nº 10. Adicionalmente, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, as contrapartidas dos projetos registrados no ativo serão em conta específica do passivo na rubrica de Temos de parcerias.

b. Idade dos saldos do contas a receber

Abertura por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2024 e 2025, é conforme segue:

	2025	2024
A vencer		
Até 30 dias	1.174	82.605
De 31 a 60 dias	2.325.615	29.349
De 61 a 90 dias	93.365	3.701.081
Acima de 91 dias	7.682.289	10.551.914
	<u>10.102.443</u>	<u>14.364.949</u>
Vencidos		
De 31 a 60 dias	1.100.360	453.633
	<u>1.100.360</u>	<u>453.633</u>
	<u>11.202.803</u>	<u>14.818.582</u>

6. Outros Ativos Circulantes

Descrição	2025	2024
Adiantamento Salarial	-	-
Adiantamento de Férias	1.924	6.404
Adiantamento para Viagens	65.352	60.541
Adiantamento a Fornecedores	26.239	29.557
Outros Adiantamentos	11.431	11.431
Total Adiantamentos	<u>104.946</u>	<u>107.934</u>
Total Impostos a Compensar	<u>-</u>	<u>-</u>
Prêmios de Seguros a Apropriar	1.387	12.044
Outras Despesas Antecipadas	-	-
Cartões Corporativos	18.522	2.980
Total Despesas Antecipadas	<u>19.909</u>	<u>15.024</u>
	<u>124.855</u>	<u>122.958</u>

7. Imobilizado

As movimentações do custo, da depreciação e da baixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas nos quadros a seguir:

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	2025	2024
Equipamentos Proc. Dados	253.993	(190.609)	63.384	54.022
	<u>253.993</u>	<u>(190.609)</u>	<u>63.384</u>	<u>54.022</u>

Descrição	2024	Adições	Depreciação do exercício	2025
Equipamentos Proc. Dados	54.022	31.061	(21.699)	63.384
	<u>54.022</u>	<u>31.061</u>	<u>(21.699)</u>	<u>63.384</u>

8. Obrigações trabalhistas

	2024	2024
Provisão e encargos sociais sobre férias	437.555	398.283
Salários e ordenados a pagar	161.910	148.620
INSS a recolher	76.892	71.548
FGTS a recolher	28.121	17.021
IRRF s/Folha de Pagamento a Recolher	116.564	105.670
PIS s/Folha de Pagamento a Recolher	4.664	4.105
Bolsa Auxílio-Estágio a pagar	2.090	-
	<u>827.797</u>	<u>745.248</u>

9. Obrigações tributárias

	2025	2024
COFINS A RECOLHER	1.580	1.217
RETENCAO ISS A RECOLHER	9	-
RETENCAO INSS A RECOLHER	41	-
IRRF A RECOLHER	391	937
PCC A RECOLHER	1.032	2.655
	<u>3.053</u>	<u>4.809</u>

10. Termos de parceria

a. Composição de saldos

Os recursos são provenientes de instituições públicas (Cooperação Internacional) e privadas destinadas ao cumprimento do objeto social da Associação Transparência e Integridade, cuja Política Geral de Financiamento define os critérios e as fontes possíveis de captação de recursos. Em todas as hipóteses de financiamento, são resguardados seus princípios de atuação independente e imparcial da Organização, garantindo a integridade de sua missão. Detalhes a respeito das diretrizes e critérios para aceitação de financiamento podem ser consultados na Política, disponível ao público no site:

	Movimentação Recursos 2025					2025
	2024	Captação	Aplicação	Rendimentos	Imobilizado	
TI SECRETARIADO	814.155	945.329	(1.030.965)	8.693	-	737.212
11.07 - WSF	793.942	581.546	(802.229)	3.447	-	576.707
11.08 - REAP	10.733	(10.645)	(135)	47	-	-
11.09 - WSF_CGIM	9.479	(3.630)	(5.849)	-	-	-
11.10 - ECHO	-	93.491	(46.677)	1.559	-	48.373
11.11 - GIG	-	127.150	(54.469)	2.118	-	74.800
11.12 - GACC25	-	157.417	(121.606)	1.522	-	37.333
COOPERACAO INTERNACIONAL	9.918.018	4.398.930	(5.555.694)	209.762	(1.362)	8.969.653
12.05 - NORUEGA 20	11.498	-	-	-	(5.257)	6.241
12.11 - AFD23	1.804.658	-	(1.456.468)	143.574	2.533	494.297
12.13 - NED	36.321	41	(36.771)	409	-	-
12.14 - NDICI	3.989.284	(77.559)	(1.115.824)	18.209	(1.043)	2.813.068
12.15 - NORUEGA 23	1.501.131	(42.177)	(1.145.645)	20.650	3.404	337.364
12.16 - NDI23	4.415	-	-	-	(1.000)	3.415
12.18 - USA	736	(778)	-	43	-	-
12.20 - REDLAD23	61.882	(54.161)	(16.615)	783	-	(8.111)
12.22 - NED24	2.508.093	(426.515)	(1.362.853)	23.250	-	741.975
12.23 - FCDO25	-	64.061	(64.191)	132	-	2
12.24 - OGP MINI	-	53.387	(56.413)	111	-	(2.914)
12.25 - NED25	-	328.980	(256.871)	1.270	-	73.380
12.26 - OGP25	-	107.000	(450)	339	-	106.888
12.27 - FCDO25_26	-	45.210	(3.347)	992	-	42.854
12.28 - INL	-	4.401.440	(40.246)	-	-	4.361.194
FUNDACOES PRIVADAS	8.575.357	(520.769)	(2.427.184)	178.982	10.724	5.817.111
13.08 - MOORE 20	14.462	-	-	-	(5.268)	9.194
13.13 - FREELAND2	999.467	(114.305)	(240.851)	-	3.001	647.311
13.14 - OCP	5.352	-	-	51	-	5.403
13.15 - MOORE24	7.556.076	(593.194)	(2.095.246)	176.565	12.991	5.057.193
13.16 - IBJL	-	186.730	(91.087)	2.366	-	98.009
CORPORACOES	(13.013)	82.502	(69.490)	-	-	-
14.03 - PATROCINIO DIA_ANTICORRUP	(13.013)	13.013	-	-	-	-
14.04 - PESQUISA_PIME	-	69.490	(69.490)	-	-	-
ONGS/UNIVERSIDADES/INSTITUTOS	3.206	(1.169)	(2.103)	66	-	-
15.05 - UNCAC23	3.206	(1.169)	(2.103)	66	-	-
	19.297.724	4.904.824	(9.085.436)	397.502	9.362	15.523.976

	2025	2024
Circulante	15.460.592	19.243.702
Não circulante	63.384	54.022
	<u>15.523.976</u>	<u>19.297.724</u>

O montante reconhecido como receita restrita no resultado do exercício, a junção das aplicações com o imobilizado e retirando a movimentação dos subgrants, é de R\$7.175.887, (nota explicativa nº 14.c). O saldo inicial de R\$19.297.724 referente a 2024 foi aplicado durante 2025 e o saldo remanescente, no montante R\$ 15.523.976, será aplicado em programas nos exercícios de 2026 e de 2027, conforme duração prevista de cada projeto, e se refere ao saldo dos financiadores conforme abaixo:

Imobilizados a Depreciar 2025				
PROJETOS	2024	Acrescimo	Depreciação	2025
12.05 - NORUEGA 20	11.498	-	(5.257)	6.241
12.11 - AFD23	3.574	3.758	(1.225)	6.107
12.14 - NDICI	4.086	-	(1.043)	3.042
12.15 - NORUEGA 23	15.988	8.025	(4.621)	19.392
12.16 - NDI 23	4.415	-	(1.000)	3.415
13.08 - MOORE 20	14.462	-	(5.268)	9.194
13.13 - FREELAND2	-	3.751	(750)	3.001
13.15 - MOORE24	-	15.527	(2.535)	12.991
	<u>54.022</u>	<u>31.061</u>	<u>(21.699)</u>	<u>63.384</u>

Os valores negativos na coluna de 'Captação', em sua maioria, trata-se de contratos em moedas estrangeiras que foram registrados com a cotação relativa à data de assinatura, porém, quando recebido o recurso a cotação era menor que a de registro, causando então a diminuição do valor relativo ao recurso captado, ou seja, variação cambial negativa na captação do recurso.

Os projetos citados acima que não possuem descritivo (nota explicativa nº 10.d) foram encerrados em 2024, ou em períodos anteriores, e seus saldos em 2025 referem-se a ativos imobilizados ainda em depreciação, adquiridos com recursos vinculados aos projetos. Embora não se trate formalmente de subvenção governamental, o tratamento contábil adotado considera a essência econômica da operação e o regime de competência, mantendo em conformidade com o CPC 07 (R1), os valores no passivo não circulante e reconhecendo-os no resultado de forma sistemática, conforme a depreciação dos respectivos bens.

b. Repasses (*Sugbrants*)

Os repasses são uma porção de fundos que a TI Brasil, beneficiária principal de um grant (concessão), distribui a outras organizações, chamadas de sub-recipientes, para apoiarem a execução de determinadas atividades e o alcance de objetivos dentro do escopo do projeto financiado. Os repasses são regulados por política interna, transferidos mediante assinatura de termo de repasse no qual é descrito o conjunto de termos e condições que os sub-recipientes devem seguir, incluindo relatórios financeiros, prazos e metas do projeto e conformidade. A TI Brasil monitora e avalia a execução para garantir que os fundos estão sendo usados conforme planejado e que os objetivos do projeto estão sendo alcançados.

Dado que as organizações sub-recipientes possuem presença local e/ou expertise complementar à da TI Brasil, os repasses são valiosos pois aumentam a eficiência na implementação dos projetos e a expansão do impacto, além de viabilizar seu fortalecimento institucional e sustentabilidade financeira dessas organizações.

	2024	Subgrants por organização 2025		2025
		Captação	Repasse	
12.11 - AFD23	807.263	-	(807.262)	-
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO	135.182	-	(135.182)	-
INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL	177.361	-	(177.362)	-
INSTITUTO CENTRO DE VIDA	272.093	-	(272.093)	-
OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA	222.627	-	(222.627)	-
12.14 - NDICI	943.305	76.065	(375.053)	644.316
INSTITUTO NOVA ILHÉUS	122.202	11.594	(71.616)	62.180
COLETIVO CIDADÃO MONITOR	-	-	-	-
TRANSPARÊNCIA CAPIXABA	96.099	-	(36.000)	60.099
OSB SETE LAGOAS	55.872	-	(24.000)	31.872
OSB DO MARAJÓ	96.200	-	(36.000)	60.200
SOMA BRASIL	55.995	-	(24.000)	31.995
FORÇA TAREFA POPULAR	55.539	-	(23.900)	31.639
REDE CURITIBA CLIMÁTICA	54.416	-	(23.500)	30.916
INSTITUTO DE DIREITO COLETIVO	56.072	-	(24.000)	32.072
OSB SÃO LEOPOLDO	84.000	-	(36.000)	48.000
OSB INDAIAL	43.227	-	(23.800)	19.427
INSTITUTO ILHABELA SUSTENTÁVEL	-	4.237	(4.237)	-
OSB FRANCA	56.468	-	(24.000)	32.468
OSB SÃO PAULO	43.945	-	(24.000)	19.945
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PROJETOS	123.269	60.233	-	183.502
12.22 - NED24	-	196.410	(196.410)	-
EG JUSTICE	-	196.410	(196.410)	-
13.15 - MOORE24	-	340.050	(170.025)	170.025
PROETICA CONSEJO NACIONAL	-	170.025	(85.013)	85.013
CORPORACION TRANSPARENCIA POR COLOMBIA	-	170.025	(85.013)	85.013
13.16 - IBJL	-	60.000	(30.000)	30.000
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO	-	60.000	(30.000)	30.000
	1.750.567	672.524	(1.578.750)	844.341

	Movimentação Subgrants 2025			2025
	2024	Captação	Repasse	
12.11 - AFD23	807.263	-	(807.262)	-
12.14 - NDICI	943.305	76.065	(375.053)	644.316
12.22 - NED24	-	196.410	(196.410)	-
13.15 - MOORE24	-	340.050	(170.025)	170.025
13.16 - IBJL	-	60.000	(30.000)	30.000
	1.750.567	672.524	(1.578.750)	844.341

c. Cronograma de Recebimentos dos Projetos

	Cronograma de Projetos em Andamento							
	Data início	Data Final	MOEDA	2023-2024	2025	2026	2027-2029	Total
TI SECRETARIADO								
11.07 - WSF	01/07/2023	30/11/2026	EURO	126.110	183.654	102.004	-	411.768
11.08 - REAP	19/12/2023	31/10/2024	EURO	6.000	9.000	-	-	15.000
11.09 - WSF_CGIM	15/02/2024	15/05/2024	EURO	95.000	3.402	-	-	98.402
11.10 - ECHO	25/06/2025	30/06/2026	EURO	-	11.100	3.697	-	14.797
11.11 - GIG	01/08/2025	31/08/2026	EURO	-	15.372	5.123	-	20.495
11.12 - GACC25	01/08/2025	15/01/2026	EURO	-	21.410	3.782	-	25.192
COOPERACAO INTERNACIONAL								
12.11 - AFD23	15/02/2023	15/04/2026	EURO	897.121	-	-	-	897.121
12.13 - NED	01/05/2023	31/12/2024	USD	170.091	-	-	-	170.091
12.14 - NDICI	13/10/2023	12/10/2027	EURO	161.183	256.148	206.193	209.653	833.177
12.15 - NORUEGA 23	01/03/2023	28/02/2026	NOK	4.800.000	2.400.000	-	-	7.200.000
12.16 - NDI23	01/09/2023	31/05/2024	USD	104.685	-	-	-	104.685
12.18 - USA	30/09/2023	31/01/2025	USD	20.000	5.000	-	-	25.000
12.20 - REDLAD23	01/11/2023	28/02/2025	USD	6.320	-	-	-	6.320
12.22 - NED24	01/10/2024	31/07/2026	USD	150.000	214.000	49.400	-	413.400
12.23 - FCDO25	06/01/2025	31/03/2025	USD	-	11.600	-	-	11.600
12.24 - OGP MINI	02/01/2025	30/11/2025	USD	-	9.900	-	-	9.900
12.25 - NED25	01/08/2025	31/01/2026	USD	-	30.065	30.065	-	60.130
12.26 - OGP25	15/09/2025	14/01/2027	USD	-	10.000	8.000	2.000	20.000
12.27 - FCDO25_26	05/09/2025	15/03/2026	USD	-	8.630	-	-	8.630
12.28 - INL	01/10/2025	30/09/2027	USD	-	200.000	200.000	400.000	800.000
FUNDACOES PRIVADAS								
13.13 - FREELAND2	01/11/2023	30/09/2026	USD	37.890	50.030	114.368	-	202.288
13.14 - OCP	01/12/2023	30/09/2024	USD	15.000	-	-	-	15.000
13.15 - MOORE24	01/08/2024	30/09/2027	USD	530.000	440.000	363.000	-	1.333.000
13.16 - IBJL	01/07/2025	30/06/2026	BRL	-	93.365	93.365	-	186.730
CORPORACOES								
14.03 - PATROCINIO DIA_ANTICORR	01/11/2024	31/01/2025	BRL	87.504	-	-	-	87.504
14.04 - PESQUISA_PIME	01/11/2025	31/01/2026	BRL	-	85.000	-	-	85.000
ONGS/UNIVERSIDADES/INSTITUTOS								
15.05 - UNCAC	29/06/2023	15/05/2024	EURO	3.000	-	-	-	3.000

d. Especificações dos Projetos

11.07 - CLIMATE CHANGE, ENVIRONMENTAL CRIMES AND CORRUPTION IN BRAZIL AND THE AMAZON BASIN (WSF)

Apoiador: Waverley Street Foundation via Transparency International Secretariat

Início: 01/07/2023

Término: 30/11/2026

Valor total: € 411.768

Breve descritivo: Os objetivos do projeto incluem: fortalecimento da democracia ambiental e climática, com especial atenção à ratificação do Acordo de Escazú; abertura de bases de dados e apoio a jornalistas investigativos; mobilização de instituições e instrumentos para melhorar a eficácia e eficiência do combate à fraude, corrupção e lavagem de dinheiro relacionados com crimes ambientais e violência contra defensores ambientais; e desenvolvimento de uma estratégia comum (Brasil, Colômbia e Peru) para prevenir e combater crimes ambientais transnacionais que afetam os países da bacia amazônica.

11.08 - RALLYING EFFORTS TO ACCELERATE PROGRESS – G20 ADVOCACY (REAP)

Apoiador: European Commission (EuropeAid) via Transparency International Secretariat

Início: 19/12/2023

Término: 31/10/2024

Valor total: € 15.000

Breve descritivo: Mediante o apoio esse projeto, a TI Brasil irá produzir e disseminar material de conhecimento sobre os trabalhos anteriores do G20, sobre anticorrupção e sua conexão com os principais temas para a presidência brasileira. Também irá desenvolver recomendações sobre dinheiro sujo para o G20 em 2024 e aumentar a conscientização sobre o potencial do trabalho do G20 sobre fluxos financeiros ilícitos com autoridades brasileiras e ONGs.

11.09 - ORGANISATION OF THE CLIMATE GOVERNANCE INTEGRITY PROJECT ANNUAL MEETING IN RIO DE JANEIRO, BRAZIL (WSF_CGIM)

Apoiador: Waverley Street Foundation via Transparency International Secretariat

Início: 15/02/2024

Término: 15/05/2024

Valor total: € 98.400

Breve descritivo: O objetivo deste financiamento é facilitar a realização da reunião anual do projeto de Integridade da Governança Climática nos dias 15 a 19 de abril de 2024 no Rio de Janeiro, Brasil.

11.10 - COMBATING OPACITY AND CORRUPTION IN BRAZIL'S BUDGET (ECHO)

Apoiador: The European Commission via ECHO-Transparency International Secretariat.

Início: 01/08/2025

Término: 31/06/2026

Valor total: € 14.797

Breve descritivo: Os principais objetivos dos Subsídios do Movimento são aumentar a capacidade dos capítulos de TI para implementar intervenções anticorrupção, financiar projetos inovadores e impactantes, melhorar a colaboração para ações conjuntas e facilitar o aprendizado e a capacidade de todo o movimento. Um método de subvenção transparente e participativo, que seja apoiado pela facilitação e orientação do secretariado, mas que proporcione a apropriação real dos capítulos, é fundamental para o sucesso desse mecanismo.

11.11 - BOOSTING TI BRASIL'S MEL, CONNECTING WITH THE GOALS AND PROCESSES OF THE GLOBAL MOVEMENT (GIG)

Apoiador: The European Commission via ECHO-Transparency International Secretariat.

Início: 01/08/2025

Término: 30/06/2026

Valor total: € 20.495

Breve descritivo: Os principais objetivos dos Subsídios do Movimento são aumentar a capacidade dos capítulos de TI para implementar intervenções anticorrupção, financiar projetos inovadores e impactantes, melhorar a colaboração para ações conjuntas e facilitar o aprendizado e a capacidade de todo o movimento. Um método de subvenção transparente e participativo, que é apoiado pela facilitação e orientação do secretariado, mas que fornece a apropriação real dos capítulos, é fundamental para o sucesso desse mecanismo.

11.12 - SEEKING ACCOUNTABILITY FOR TRANSNATIONAL CORRUPTION IN THE LUSOPHONE WORLD (GACC25)

Apoiador: The Foreign, Commonwealth & Development Office UK via GACC - Transparency International Secretariat.

Início: 01/08/2025

Término: 15/01/2026

Valor total: € 25.192

Breve descritivo: O objetivo deste projeto é apoiar o trabalho investigativo de jornalistas sobre corrupção em países da Lusofonia.

12.11 – DIREITOS DE ACESSO E PROTEÇÃO A DEFENSORES/AS AMBIENTAIS (AFD23)

Apoiador: Agence Francaise de Developpement

Início: 15/02/2023

Término: 15/02/2026

Valor total: € 897.128

Breve descritivo: Como objetivo geral o projeto visa promover, por meio de um conjunto de abordagens e ações inovadoras, a criação e o aprimoramento de instrumentos e práticas voltadas à garantia dos direitos de acesso à participação, à informação e à justiça e à proteção de defensores/as ambientais que atuam na Amazônia brasileira, contribuindo com a conservação florestal e gerando referências bem-sucedidas que possam ser adaptadas e utilizadas em outros biomas brasileiros e/ou em outros países.

12.13 – IMPROVING TRANSPARENCY, ACCOUNTABILITY AND PUBLIC GOVERNANCE AT THE SUB-NATIONAL LEVEL (NED)

Apoiador: National Endowment for Democracy (NED)

Início: 01/05/2023

Término: 31/01/2025

Valor total: US\$ 170.091

Breve descritivo: Como objetivo geral o projeto visa promover o desenvolvimento e aprimoramento de instrumentos legais e institucionais de transparência, integridade, participação e transformação digital nos 27 governos estaduais e 27 assembleias legislativas estaduais usando o Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) e mobilizar e engajar cidadãos, OSCs, mídia nacional e local no nível subnacional para defender melhorias nas políticas e práticas relacionadas à transparência, integridade, participação e transformação digital.

12.14 – NDICI - FORTALECENDO A TRANSPARÊNCIA, A INTEGRIDADE E O ESPAÇO CÍVICO PARA A PROMOÇÃO DOS ODS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (NDICI)

Apoiador: Delegação da União Europeia no Brasil

Início: 15/10/2023

Término: 11/10/2026

Valor total: € 833.177

Breve descritivo: Os objetivos do projeto são: (i) Promover instrumentos legais e institucionais de transparência, participação social e integridade em municípios brasileiros; (ii) fortalecer a governança de OSCs que atuam no nível local e aprimorar suas capacidades internas de gestão; e (iii) fomentar atividades de controle social municipal para uso da informação pública e promoção dos ODS.

12.15 – SUPPORT TO TI BRAZIL 2023-2026 (NORUEGA 23)

Apoiador: Embaixada Real da Noruega no Brasil

Início: 01/03/2023

Término: 28/02/2026

Valor total: NOK 7.200.000

Breve descritivo: O apoio visa fortalecer as iniciativas da TI Brasil e contribuir para transformações sistêmicas através do avanço de medidas anticorrupção e da defesa contra retrocessos nos aparatos legal e institucional do país.

12.16 – STRENGTHEN DEMOCRACY IN BRAZIL BY ENHANCING TRANSPARENCY, STRENGTHENING ANTI-CORRUPTION LAWS AND INSTITUTIONS (NDI 23)

Apoiador: National Democratic Institute for International Affairs (NDI)

Início: 01/09/2023

Término: 31/05/2024

Valor total: US\$ 104.685

Breve descritivo: O projeto visa o fortalecimento da democracia brasileira por meio da promoção de agendas de integridade e anticorrupção, transparência e controle social.

12.18 – CAPACITY BUILDING FOR SMALLER LOCAL CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS TO STRENGTHEN TRANSPARENCY, INTEGRITY AND CIVIC SPACE FOR THE PROMOTION AND GUARANTEE OF HUMAN RIGHTS IN BRAZILIAN MUNICIPALITIES (USA)

Apoiador: American Consulate General São Paulo

Início: 30/09/2023

Término: 31/01/2025

Valor total: US\$ 25.000

Breve descritivo: O projeto visa apoiar atividades virtuais e presenciais de capacitação para o desenvolvimento institucional de organizações da sociedade civil brasileira que operam em nível local para fortalecer sua governança e melhorar suas capacidades de gestão interna para que estejam mais bem preparadas para promover a transparência pública e defender os direitos humanos.

12.20 – SOCIEDAD CIVIL: PARTICIPACIÓN E IMPACTO EN LA POLÍTICA INTERAMERICANA (REDLAD 23)

Apoiador: Representante De Latin American And Caribbean Network For Democracy (REDLAD) via PROÉTICA (capítulo peruano da Transparência Internacional)

Início: 01/11/2023

Término: 28/02/2025

Valor total: US\$ 15.800

Breve descritivo: O objetivo do projeto é fortalecer a capacidade da sociedade civil para promover agendas cidadãs na política interamericana, fortalecendo sua capacidade de criar e sustentar o estabelecimento de agendas, a promoção de políticas e a supervisão dos compromissos governamentais em questões de governança, fortalecimento da democracia e respeito, pelos direitos humanos.

12.22 – FOSTERING COLLABORATIVE RESPONSES TO CROSS-REGIONAL CORRUPTION (NED24)

Apoiador: National Endowment for Democracy (NED)

Início: 01/10/2024

Término: 31/07/2026

Valor total: US\$ 450.000

Breve descritivo: A TI Brasil atuará com a rede RedeGov para fortalecer e formalizar colaboração entre regiões, aprofundando a compreensão sobre corrupção transnacional e cleptocracia na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e para conduzir atividades de advocacy e engajamento nesses tópicos a nível nacional, regional e internacional.

12.23 – INCREMENTAR LA CAPACIDAD DE INCIDENCIA DE LOS ACTORES LOCALES DE LA SOCIEDAD CIVIL Y LAS COMUNIDADES INDÍGENAS (FCDO25)

Apoiador: Foreign, Commonwealth and Development Office FCDO via PROÉTICA (capítulo peruano da Transparência Internacional)

Início: 06/01/2025

Término: 31/03/2025

Valor total: US\$ 11.600

Breve descritivo: Unir esforços para aumentar a capacidade de incidência dos atores locais da sociedade civil e das comunidades indígenas, a fim de melhorar a governança, a transparência e reduzir a corrupção, bem como a impunidade, na gestão dos recursos florestais nas regiões amazônicas do Peru, Colômbia, Brasil e Equador, por meio da formação, capacitação e trabalho em rede desses atores, para impulsionar as ações da Rede Anticorrupção Florestal - BRASIL como parte da Rede Anticorrupção Florestal da Bacia Amazônica.

12.24 – STRENGTHENING TRANSPARENCY AND SOCIAL PARTICIPATION IN INFRASTRUCTURE IN BRAZIL (OGP MINI)

Apoiador: The Open Government Partnership Secretariat

Início: 02/01/2025

Término: 30/11/2025

Valor total: US\$ 9.900

Breve descritivo: Esse projeto visa apoiar as atividades de advocacy e pesquisa das organizações da sociedade civil que fazem parte do compromisso de transparência e participação social na infraestrutura dentro do 6º Plano de Ação do Governo Aberto do Brasil para garantir que novos dados e informações sobre obras de infraestrutura sejam transparentes e que haja oportunidades efetivas para a sociedade participar da política federal de infraestrutura.

12.25 – IMPROVING TRANSPARENCY, ACCOUNTABILITY AND PUBLIC GOVERNANCE (NED25)

Apoiador: National Endowment for Democracy (NED)

Início: 01/08/2025

Término: 31/01/2026

Valor total: US\$ 60.130

Breve descritivo: A TI Brasil atuará para promover o aprimoramento dos instrumentos legais e institucionais que garantam transparência, integridade e prestação de contas na governança dos recursos públicos nos âmbitos federal e estadual, com foco na regulamentação das emendas parlamentares.

12.26 – STRENGTHENING TRANSPARENCY AND SOCIAL PARTICIPATION IN INFRASTRUCTURE IN BRAZIL (OGP25)

Apoiador: The Open Government Partnership Secretariat

Início: 15/09/2025

Término: 14/01/2027

Valor total: US\$ 20.000

Breve descritivo: O objetivo deste projeto é apoiar as atividades de advocacy e pesquisa das organizações da sociedade civil que fazem parte do compromisso de transparência e participação social em infraestrutura no âmbito do 6º Plano de Ação para Governo Aberto do Brasil. Esse grupo de organizações da sociedade civil inclui o GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental (GT Infra), Instituto Energia e Meio Ambiente (IEMA), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) e Transparência Internacional - Brasil.

12.27 – INCREMENTAR LA CAPACIDAD DE INCIDENCIA DE LOS ACTORES LOCALES DE LA SOCIEDAD CIVIL (FCDO2526)

Apoiador: Foreign, Commonwealth and Development Office FCDO via PROÉTICA (capítulo peruano da Transparência Internacional)

Início: 05/09/2025

Término: 15/03/2026

Valor total: US\$ 8.630

Breve descritivo: Unir esforços para aumentar a capacidade de incidência dos atores locais da sociedade civil e das comunidades indígenas, a fim de melhorar a governança, a transparência e reduzir a corrupção, bem como a impunidade, na gestão dos recursos florestais nas regiões amazônicas do Peru, Colômbia, Brasil e Equador, por meio da formação, capacitação e trabalho em rede desses atores, para impulsionar as ações da Rede Anticorrupção Florestal - BRASIL como parte da Rede Anticorrupção Florestal da Bacia Amazônica.

12.28 – PREVENTION, DETECTION, INVESTIGATION, AND PROSECUTION OF GOLD TRAFFICKING IN THE AMAZON (INL)

Apoiador: U.S. Department of State pelo programa Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs (INL)

Início: 01/10/2025

Término: 30/09/2027

Valor total: US\$ 800.000

Breve descritivo: Combater o tráfico ilegal de ouro na Amazônia, abordando os facilitadores da corrupção por meio de treinamento especializado, suporte técnico e desenvolvimento de ferramentas como o Centro de Conhecimento Anticorrupção da Amazônia e a Investigação Anticorrupção da Amazônia. O Projeto será executado em parceria com os capítulos da Transparência Internacional da Colômbia e do Equador.

13.13 - INDICATORS TO DETECT AND INVESTIGATE SUSPICIOUS TRANSACTIONS AND ACTIVITIES RELATED TO ENVIRONMENTAL CRIMES (WILDLIFE TRAFFICKING THROUGH BRAZIL) (FREELAND2)

Apoiador: U.S. Department of State pelo programa Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs (INL) via Freeland Foundation

Início: 01/10/2023

Término: 30/09/2026

Valor total: US\$ 200.288,00

Breve descritivo: Visa aumentar a capacidade de combate ao tráfico de espécies silvestres pelos órgãos públicos brasileiros. Os principais resultados esperados incluem o aumento da capacidade dos órgãos de detecção e investigação desse crime, a melhora da responsabilização administrativa e penal, o aumento da coordenação transnacional e a diminuição das oportunidades de corrupção e lavagem de ativos. O Projeto será executado em parceria com Freeland Brasil, WWF Brasil e IFAW.

13.14 - MORE ACCESSIBLE AND OPEN DATA ABOUT INFRASTRUCTURE PROJECTS IN THE AMAZON REGION IN BRAZIL (OCP)

Apoiador: Open Contracting Partnership

Início: 01/12/2023

Término: 30/09/2024

Valor total: US\$ 15.000,00

Breve descritivo: O objetivo deste projeto é ter dados mais acessíveis e abertos sobre projetos de infraestrutura na região Amazônica do Brasil, considerando as fases de planejamento, gestão, licenciamento ambiental e execução da infraestrutura. Isto ajudará as diferentes partes interessadas a identificarem e enfrentar melhor os desafios atuais em torno da integridade e conservação das infraestruturas nesta região especialmente em risco, reconhecendo, em particular, tanto o papel estrategicamente importante como o papel potencialmente propenso à corrupção dos grandes projetos de infraestruturas.

13.15 - PROMOTE TRANSPARENCY, OPEN GOVERNMENT, AND INTEGRITY TO REDUCE THE SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS OF INFRASTRUCTURE PROJECTS IN THE BRAZILIAN AMAZON (MOORE24)

Apoiador: the Gordon and Betty Moore Foundation

Início: 01/08/2024

Término: 31/08/2027

Valor total: US\$ 1.333.000

Breve descritivo: O objetivo deste projeto é criar estratégias de pesquisa, treinamento, advocacy e comunicação lideradas pela sociedade civil contribuam para incorporar e implementar ações de transparência e integridade em todo o setor de infraestrutura brasileiro para reduzir o risco de práticas antiéticas e mitigar suas consequências socioambientais negativas.

13.16 - ENFRENTANDO O ASSÉDIO JUDICIAL CONTRA JORNALISTAS E ATIVISTAS (ANTI-SLAPP) (IBJL)

Apoiador: Instituto Betty E A. Jacob Lafer

Início: 01/09/2025

Término: 30/06/2026

Valor total: R\$ 186.730

Breve descritivo: Pretende-se reduzir a frequência e a intensidade com que SLAPPs são empregados contra ativistas e organizações da sociedade civil e contra jornalistas e veículos de comunicação, além de mitigar o impacto negativo daqueles que são eventualmente empregados, fortalecendo, assim, a liberdade de expressão, associação e de imprensa no Brasil.

Os projetos não citados acima não possuem descritivo pois foram encerrados em 2024, ou anterior, e seus saldos em 2025 se referem apenas a imobilizados a depreciar reconhecidos como resultados de exercícios futuros no passivo.

11. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram constituídas provisões, pois não foram identificadas ações judiciais e/ou administrativas de nenhum tipo. Associação segue as normas contábeis e caso seus assessores jurídicos identificassem ações judiciais e/ou administrativas com provável risco de perda, que acarretariam desembolso de recursos mensuráveis com razoável nível de segurança, reconheceria provisão judicial.

Existiu na esfera administrativa uma Representação apresentada ao Tribunal de Contas da União (TCU) em abril de 2022 na qual a Organização solicitou seu ingresso como parte interessada e cujo pedido foi apreciado e deferido em 14 de setembro de 2023. A Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) objetivava que fossem apuradas pelo Tribunal possíveis irregularidades na gestão de recursos financeiros ligados a casos de corrupção, especificamente envolvendo a holding J&F Investimentos S.A (J&F). Em acórdão proferido em 25 setembro de 2025, os Ministros do Tribunal de Contas da União concluíram, por unanimidade, pelo arquivamento do processo, tendo em vista que não foi encontrada qualquer ilegalidade na cooperação entre Transparência Internacional e Ministério Público Federal. O processo encontra-se atualmente arquivado.

Já na esfera judicial, em fevereiro de 2024, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), um procedimento fora iniciado para que fosse apurada eventual apropriação indevida de recursos públicos no escopo da cooperação firmada entre Transparência Internacional-Brasil, Ministério Público Federal e a empresa J&F. A respeito da cooperação mencionada, cumpre esclarecer que seu objeto foi a elaboração de um guia de boas práticas com diretrizes para a gestão de recursos compensatórios provenientes de acordos de leniência, que resultou no estudo “Governança de recursos compensatórios em casos de corrupção: guia de boas práticas para promover a reparação de danos à sociedade”, produzido e publicado em 2019 com recursos próprios da Transparência Internacional, haja vista que o próprio Acordo de Cooperação trazia cláusulas que vedavam o recebimento de qualquer tipo de recurso em função desse trabalho. Em 11 de março de 2026, o ministro Dias Toffoli, relator do caso no STF, determinou o arquivamento definitivo da investigação contra a organização. A decisão acolheu parecer da PGR de outubro de 2024, que apontou falta de elementos mínimos de autoria ou materialidade delitiva na apuração sobre a atuação da organização. O processo encontra-se atualmente arquivado.

12. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é composto por déficit ou superávit dos exercícios, aprovados pela Assembleia Geral. Em 2024 o déficit foi (R\$623.396) sendo incorporado em 2025 ao valor anterior do patrimônio líquido de (R\$713.447) conforme apontado na Demonstração de mutação do patrimônio líquido, totalizando patrimônio líquido de (R\$1.336.843).

Em 2025, o déficit foi (R\$133.464) e será igualmente incorporado ao valor do patrimônio líquido. O saldo de despesas da Associação que não pode ser coberto por receitas restritas, pelas limitações e condições de uso delas conforme descrito nos contratos de projetos, deve ser coberto por receitas irrestritas. Entretanto, no período, o montante de receitas irrestritas não foi suficiente para isso, acarretando, desta forma, um resultado deficitário.

A entidade apresentou déficit operacional aproximado de R\$ 133 mil no exercício de 2025, em uma operação com volume financeiro da ordem de R\$ 8,5 milhões, representando impacto de aproximadamente 1,5% sobre o total de recursos movimentados no período.

No contexto da avaliação da continuidade operacional e da liquidez, não foram identificados indicadores que evidenciem incerteza relevante quanto à capacidade de manutenção das operações no curso normal de suas atividades. A administração mantém acompanhamento contínuo do fluxo de caixa e da execução orçamentária, considerando que parte do déficit acumulado tem sido suportada por capital de terceiros. Adicionalmente, a organização possui aproximadamente R\$ 10 milhões já assegurados para recebimento e execução ao longo de 2026, o que contribui para a previsibilidade financeira e a sustentação das operações futuras.

Com o objetivo de fortalecer sua sustentabilidade financeira e reduzir gradualmente o déficit acumulado, a entidade vem implementando medidas voltadas à ampliação da captação de recursos irrestritos, considerados estratégicos para a estabilidade do fluxo de caixa e para a cobertura de despesas institucionais. Entre as principais iniciativas em andamento destacam-se a campanha comemorativa dos 10 anos da organização, com prospecção ativa de novos apoiadores, e a contratação de profissional especializado(a) em captação de recursos para estruturar esse processo de forma transversal, fortalecer relacionamentos estratégicos e ampliar o mapeamento de oportunidades de financiamento para além dos recursos vinculados a projetos.

A organização também realizou, no primeiro semestre de 2026, uma atualização do mapeamento de oportunidades de captação e vem monitorando continuamente seu orçamento à luz dos resultados obtidos nessas iniciativas. Embora o déficit acumulado ainda represente um desafio, observa-se melhora no resultado financeiro de 2025 em comparação ao exercício anterior, evidenciando avanços consistentes na trajetória de redução do déficit e fortalecimento da sustentabilidade institucional.

13. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. Apenas a Diretoria Executiva é remunerada.

14. Receita

a. Receita sem Restrição (Doações Pessoas Físicas e Jurídicas superiores a 5 salários-mínimos no período)

	2025	2024
Doação Pessoa física (plataforma)	20.357	16.969
Haakon Lorentzen	260.000	260.000
Regnhild Lorentzen	-	260.000
Fund for Constitutional Government (FCG)	6.689	-
Saldo Encerramento de projeto 14.04 - PESQUISA_PIME	16.679	-
Transparency International Secretariat	72.045	85.000
	375.770	621.969

b. Receita sem Restrição (Prestação de Serviços)

	2025	2024
Prestação de Serviços	3.130	19.440
(-) Deduções das Receitas	(300)	(1.866)
	2.830	17.574

Em 2024 e 2025 foram prestados serviços de pesquisa e capacitação profissional em formato de Cursos e Palestras. Os cursos são gravados e permanecem em uma plataforma virtual para contratação. Houve uma queda de 84% na prestação de serviços pois em 2024 houve uma palestra de valor significativo que não se repetiu em 2025.

c. Parceiros institucionais (receitas com restrições)

Os projetos estão descritos na Nota Explicativa nº 10.

	2025	2024
PROJETOS RESTRITOS - TI SECRETARIADO		
11.07 - WSF	798.781	963.431
11.08 - REAP	88	78.811
11.09 - WSF_CGIM	5.849	518.485
11.10 - ECHO	45.118	-
11.11 - GIG	52.351	-
11.12 - GACC25	120.084	-
PROJETOS RESTRITOS - COOPERACAO INTERNACIONAL		
12.01 - NORUEGA 18-19	-	434
12.02 - NORUEGA 19	-	1.354
12.05 - NORUEGA 20	5.257	4.418
12.11 - AFD23	503.099	135
12.13 - NED	36.363	689.185
12.14 - NDICI	799.669	522.003
12.15 - NORUEGA 23	1.121.590	609.015
12.16 - NDI 23	1.000	1.137.512
12.17 - CANADA 23	-	321.821
12.18 - USA	- 43	48.329
12.19 - FCDO	-	114.033
12.20 - REDLAD 23	15.832	49.846
12.21 - NED_LUSO	-	26.237
12.22 - NED24	1.143.193	242.994
12.23 - FCDO25	64.059	195.534
12.24 - OGP MINI	56.302	-
12.25 - NED25	255.601	-
12.26 - OGP25	112	-
12.27 - FCDO25_26	2.355	-
12.28 - INL	40.246	-
PROJETOS RESTRITOS - FUNDACOES PRIVADAS		
13.02 - CLUA 19-20	-	434
13.03 - LUMINATE 19-20	-	3.400
13.04 - OSF 19-21	-	1.204
13.08 - MOORE 20	-	7.066
13.10 - FREELAND	5.268	135
13.13 - FREELAND2	237.851	221.239
13.14 - OCP	- 51	67.103
13.15 - MOORE24	1.735.664	331.991
13.16 - IBJL	58.721	-
PROJETOS RESTRITOS - CORPORACOES		
14.02 - PATROCINIO KMN	-	5.452
14.03 - PATROCINIO DIA_ANTICORRUP	-	100.517
14.04 - PESQUISA_PIME	69.490	-
PROJETOS RESTRITOS - ONGS/UNIVERSIDADES/INSTITUTOS		
15.05 - UNCAC23	2.038	14.821
	7.175.887	6.276.937

15. Despesas com pessoal

	2025	2024
Salários e Ordenados	2.524.809	2.116.767
INSS	655.595	559.331
13º Salário	311.202	270.416
Férias	444.459	372.283
Fgts	209.321	205.928
Vale refeição/alimentação	182.125	146.699
Adicionais Horas extras	20.801	44.716
Ass. Médica e Medicina do Trabalho	257.288	183.908
Aviso Prévio e Indenizações	10.377	14.944
Cursos e Treinamentos	41.374	6.744
Estagiário	21.940	2.030
Pis Folha de Salários	25.751	22.647
Autônomos	17.590	21.739
Outras despesas com Pessoal	87.297	48.495
	4.809.929	4.016.647

No dia 31 de dezembro de 2024 a entidade possuía 19 funcionários e em 31 de dezembro de 2025 esse número passou a 21 funcionários.

“Outras despesas com Pessoal” contém despesas com: auxílio de infraestrutura, cuja finalidade é apoiar os funcionários e as funcionárias trabalhando em regime de teletrabalho; despesas com seguro de vida para os funcionários; e contribuições sindicais.

16. Despesas Gerais e Administrativas

	2025	2024
Consultorias e Pesquisas	1.539.332	1.561.827
Comunicação, Tradução e Revisão	173.356	56.376
Licença de Uso de Software	217.132	209.816
Plataformas, Eventos, Fotografia e Filmagem	202.130	383.415
Contabilidade e Auditoria	181.293	204.305
Aluguéis e Condomínios	41.409	49.040
Recursos Humanos	87.608	60.312
Depreciação	21.699	22.527
Material de Consumo e Manutenção	33.289	31.492
ITCMD	15.283	20.800
Passagens	253.439	303.179
Outras despesas administrativas e Captação	1.088	2.883
Serviços Gráficos	43.989	46.187
Telefone, Celular e Internet	6.549	6.140
Informática	2.503	542
Hospedagens	109.714	310.080
Alimentação	99.298	103.950
Seguros	20.226	17.443
Assinatura de Jornais, Revistas e Periodicos	4.340	2.136
Correios	2.061	2.332
Condução e Taxi	56.939	65.045
Doações efetuadas	-	-
Brindes, Presentes e Cortesias	5.258	14.780
Cartório	43	1.074
Outros Impostos e Taxas	1.154	1.337
Motoboy e entregas	17	257
Impressões	3.630	13.206
Perdas Operacionais	15.454	8.730
	<u>3.138.234</u>	<u>3.499.211</u>

A queda significativa nas despesas relacionadas a viagens, em especial hospedagens, tem ligação com os projetos de 2024 que apoiaram a produção e realização de dois eventos que aconteceram em abril e maio e não se repetiram durante 2025. As perdas operacionais são ligadas diretamente ao projeto 14.03 - PATROCÍNIO DIA_ANTICORRUPÇÃO referente 2024 que finalizou em 2025 sem arrecadar patrocínio suficiente para cobrir os custos.

17. Resultado Financeiro Líquido

	2025	2024
Despesa financeira		
Tarifas bancárias	(5.900)	(7.459)
Juros e multas passivas	-	(152)
IOF	(306)	(2.643)
IRRF s/aplicações financeiras	(60.661)	(21.788)
Despesa com operação de câmbio	(132.294)	(27.257)
	(199.161)	(59.299)
Receita financeira (irrestrita)		
Rendimento Aplicações Financeiras	1.573	9.051
Cofins s/Receitas Financeiras	(59)	(362)
Receita com operação de câmbio	-	7.053
Outras receitas financeiras	-	-
	1.514	15.742
	(197.647)	(43.558)

Houve um aumento significativo em “Despesas com operações de câmbio” que é composto por 17,65% de IRRF 0422 e 3,5% IOF referente as transferências de subgrants para os parceiros no exterior conforme nota explicativa 10.b.

	2025		2024	
	Receitas e Ganhos Financeiros	Cofins s/Receitas Financeiras	Receitas e Ganhos Financeiros	Cofins s/Receitas Financeiras
11.07 - WSF	5.571	(223)	578	(56)
11.08 - REAP	69	(3)	127	(12)
11.10 - ECHO	1.936	(77)	-	-
11.11 - GIG	2.775	(111)	-	-
11.12 - GACC25	2.177	(87)	-	-
12.11 - AFD23	149.556	(5.982)	4.182	(3.808)
12.13 - NED	604	(24)	952	(139)
12.14 - NDICI	22.321	(893)	1.896	(188)
12.15 - NORUEGA 23	24.998	(1.000)	990	(197)
12.16 - ND123	-	-	314	(39)
12.17 - CANADA 23	-	-	50	(7)
12.18 - USA	48	(2)	305	(32)
12.19 - FCDO	-	-	3	(0)
12.20 - REDLAD23	936	(37)	280	(43)
12.22 - NED24	29.217	(1.169)	2.665	(281)
12.23 - FCDO25	209	(8)	-	-
12.24 - OGP MINI	163	(7)	-	-
12.25 - NED25	1.524	(61)	-	-
12.26 - OGP25	740	(30)	-	-
12.27 - FCDO25_26	1.428	(57)	-	-
13.13 - FREELAND2	-	-	59	(9)
13.14 - OCP	74	(3)	1.954	(204)
13.15 - MOORE24	229.485	(9.179)	12.823	(2.678)
13.16 - IBJL	3.009	(120)	-	-
15.05 - UNCAC23	96	(4)	69	(12)
	476.937	(19.077)	27.248	(7.707)

18. Trabalho Voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durante os exercícios de 2025 e 2024.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas do valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

Descrição	2025		Total
	Horas Dedicadas	Custo médio Hora	
Conselho Deliberativo	122	1.577	192.860
Conselho Fiscal	22	1.577	34.693
Pesquisadores	0	15	0
			<u>227.553</u>

Descrição	2024		Total
	Horas Dedicadas	Custo médio Hora	
Conselho Deliberativo	174	1.502	260.571
Conselho Fiscal	19	1.502	27.784
Pesquisadores	0	14	0
			<u>288.355</u>

19. Renúncia fiscal

A Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025:

IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)

CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)

A Associação é isento do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) por sua natureza e objeto, conforme artigo 15 da Lei 9.532/1997.

A Associação não é contribuinte do PIS na modalidade "Faturamento", sendo contribuinte a alíquota de 1% na modalidade folha de salários, conforme Art. 304 da IN RFB nº 2.121/2022

20. Seguros

A Associação mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando, fundamentalmente a natureza das suas atividades e as orientações de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Reforma tributária

a. Contexto Legislativo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que promoveu alterações estruturais no Sistema Tributário Nacional, estabelecendo regras transitórias no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para a substituição gradativa de ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pelos novos tributos sobre o consumo.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que instituiu e regulamentou os novos tributos sobre o consumo — o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) — detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e a governança, incluindo a criação do Comitê Gestor do IBS. A implementação plena do novo sistema tributário ainda depende da edição de normas complementares, em especial pelo Comitê Gestor do IBS e pela Receita Federal.

Adicionalmente, a Lei Complementar nº 224/2025 estabeleceu a redução linear de 10% dos benefícios fiscais federais, o impactando no exercício de 2026 a entidades sem fins lucrativos que utilizem incentivos ou isenções específicas fora do âmbito da imunidade constitucional. Em 23 de fevereiro de 2026, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 2.307, que, em seus itens 1, 2 e 3, classifica grupos de entidades filantrópicas e entidades sem fins lucrativos cujos benefícios fiscais não serão afetados pela aplicação da redução linear prevista na legislação, porém, sem alteração no texto da lei, que ainda gera risco para as organizações.

b. Impactos

A imunidade relativa ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos, incluindo entidades beneficentes e templos de qualquer culto, foi mantida pela EC nº 132/2023 e pela LC nº 214/25 com relação aos novos tributos IBS – Imposto sobre Bens e Serviços e CBS – Contribuição Social sobre Bens e Serviços, que substituirão o PIS, a COFINS, o IPI, o ISS e o ICMS. Todavia, a Transparência Internacional não se enquadra em tal condição tributária, passando, a partir de 2027, a ter suas receitas decorrentes de operações onerosas com bens e serviços tributadas pela CBS, e a partir de 2029 pelo IBS.

Nesse contexto, receitas provenientes de eventos pagos, venda de produtos, prestação de serviços ou outras atividades acessórias ficarão sujeitas ao IBS e à CBS, conforme a LC nº 214/2025.

Somado a isso, podem ocorrer eventuais impactos decorrentes da redução de benefícios fiscais prevista na LC nº 224/2025, cuja não tributação atualmente não ocorre em virtude de uma Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, sendo ainda possível ocorrer o aumento da carga tributária e necessidade de adequação aos novos requisitos de compliance, caso essa norma seja alterada ou revogada.

Ressalta-se que, até o fechamento das demonstrações contábeis referentes a 2025, encontra-se em tramitação no congresso nacional, o Projeto de Lei nº 11/2026, que promove mudanças favoráveis às entidades sem fins lucrativos com alterações significativas no texto da Lei nº 224/2025.

c. Atuação da Transparência Internacional

A administração da Transparência Internacional atua no mapeamento de receitas e despesas por natureza e finalidade, na definição de diretrizes de compliance buscando a compreensão e aplicação dos novos tributos em IBS e CBS, na revisão de cadastros e regras de crédito, bem como em discussões com a área de Tecnologia da Informação para atualização do ERP/fiscal e automação das obrigações acessórias necessárias.

A transição para o novo sistema tributário ocorrerá gradualmente entre 2026 e 2033. Considerando que o processo ainda se encontra em fase inicial e que diversas definições dependem de regulamentações infralegais, ainda não é possível estimar com precisão os efeitos quantitativos da Reforma Tributária na apuração dos tributos da Associação.

Com relação à Lei nº 224/2025, acompanha o desdobramento do PL em tramitação, e a definição sobre possíveis mudanças na tributação das entidades sem fins lucrativos a partir de 2026.

Diante dessas disposições e considerando a natureza jurídica da Associação, não foram identificados impactos mensuráveis nas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2025.